

Câmara de SP abre debates sobre orçamento e salários

Audiências públicas vão discutir orçamento e reajustes

A Câmara Municipal de São Paulo definiu o calendário de audiências públicas para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027 e temas ligados à remuneração dos servidores municipais. As reuniões serão realizadas ao longo das próximas semanas pela Comissão de Finanças e Orçamento e por outros colegiados da Casa.

A primeira audiência geral sobre a LDO está marcada para o dia 13 de maio, às 10h30, no Auditório Prestes Maia, sede da Câmara paulistana. O encontro deve reunir representantes da Secretaria Municipal da Fazenda, da Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência e do Tribunal de Contas do Município (TCM-SP). O objetivo é apresentar os principais parâmetros do projeto enviado pela Prefeitura de São Paulo para orientar a elaboração do orçamento do próximo ano.

A proposta da LDO estabelece metas e prioridades da administração municipal para 2027 e serve de base para a formulação da Lei Orçamentária Anual (LOA), encaminhada posteriormente pelo Executivo ao Legislativo. O

texto define diretrizes para áreas como saúde, educação, mobilidade urbana, habitação, assistência social e zeladoria urbana.

Além da audiência geral, a Comissão de Finanças programou uma série de reuniões temáticas para aprofundar debates específicos relacionados ao orçamento da capital paulista. Entre os assuntos previstos estão remanejamento e cortes orçamentários, regionalização dos gastos públicos, participação social, orçamento cidadão e funcionamento do Conselho Participativo Municipal.

A primeira audiência temática ocorrerá em 20 de maio e deve tratar dos critérios utilizados para remanejamentos de verbas e da distribuição regional dos recursos municipais. Já a segunda audiência temática está prevista para 27 de maio, com foco em mecanismos de participação popular e transparência na definição das prioridades orçamentárias da cidade.

Segundo a Câmara, as audiências públicas fazem parte do processo de discussão do Projeto de Lei 299/2026, encaminhado pela Prefeitura de São Paulo. A propos-



Após o fim das audiências e da discussão nas comissões, texto segue para voto em plenário

ta trata das diretrizes para elaboração do orçamento municipal de 2027 e ainda passará por análise dos vereadores antes de seguir para votação em plenário.

O cronograma prevê participação presencial e virtual da população. Os interessados poderão se inscrever para enviar sugestões, questionamentos e manifestações durante os debates. A expectativa é de que as contribuições apresentadas durante as audiências possam subsidiar emendas parlamentares e ajustes no texto final da LDO.

Paralelamente às discussões sobre o orçamento, a Câmara também programou audiência pública para discutir a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais. O debate está relacionado ao Projeto de Lei 354/2026, encaminhado pelo Executivo municipal.

A audiência sobre os vencimentos do funcionalismo pú-

blico será realizada em 12 de maio, às 10h30, no Plenário 1º de Maio, da Câmara. A proposta prevê reajuste salarial referente ao exercício de 2026 para os servidores da administração direta, autarquias e demais órgãos vinculados ao município.

O projeto será analisado pelas comissões temáticas da Câmara antes de eventual votação pelos parlamentares. A discussão deve envolver impactos financeiros para os cofres municipais, política salarial do funcionalismo e projeções orçamentárias para os próximos anos.

Além do reajuste dos servidores, a agenda de audiências da Câmara Municipal inclui discussões sobre diversos projetos em tramitação, como iniciativas ligadas à educação, saúde, mobilidade e serviços públicos. A programação integra o calendário legislativo do primeiro semestre e deve concentrar de-

batos sobre temas considerados prioritários pela administração municipal e pelos vereadores.

As audiências públicas são instrumentos previstos no processo legislativo para ampliar a participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas e no acompanhamento das contas municipais. Durante os encontros agendados, representantes do Executivo, técnicos da administração e cidadãos podem apresentar dados, avaliações e sugestões relacionadas aos projetos em análise.

Após a conclusão das audiências públicas e da fase de discussão nas comissões, o texto da LDO seguirá para votação em plenário. Caso aprovado pelos vereadores, o projeto será encaminhado para sanção do prefeito e servirá de referência para a elaboração do orçamento da cidade em 2027.

Protesto de estudantes de USP, Unesp e Unicamp termina em confronto no centro

Rovena Rosa/Agência Brasil

Um protesto realizado por estudantes da USP, Unesp e Unicamp terminou em confronto na tarde desta segunda-feira (11), na região central de São Paulo. A manifestação ocorreu em frente a um prédio onde aconteceria uma reunião do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

Os alunos participavam de um ato ligado à greve estudantil iniciada nas últimas semanas. O movimento reivindica mudanças relacionadas à permanência estudantil, reajustes em bolsas de auxílio e melhorias na estrutura das universidades estaduais paulistas.

Durante a manifestação, houve tumulto envolvendo estudantes, vereadores e policiais militares. A confusão começou após a chegada de parlamentares

ao local da reunião. Em meio ao empurra-empurra, a Polícia Militar utilizou gás de pimenta para dispersar os manifestantes.

Um dos vereadores envolvidos relatou ter sido atingido durante o confronto e precisou ser encaminhado para atendimento médico. Também houve correria e tensão entre os participantes do ato, que se espalharam pelas ruas próximas ao prédio onde ocorreria a reunião.

Por causa da confusão, a reunião do Cruesp acabou cancelada. O encontro discutiria temas ligados ao orçamento e às demandas apresentadas pelos estudantes das três universidades estaduais.

O protesto aconteceu um dia depois da operação policial que retirou estudantes da ocupação da reitoria da USP, no campus



Houve tumulto entre estudantes, vereadores e policiais

central do Butantã. A ação ocorreu na madrugada de domingo (10) e contou com a participação de policiais militares. O grupo ocupava o prédio desde a semana passada em meio às mobilizações

do movimento estudantil.

Os estudantes afirmam que as universidades enfrentam problemas relacionados à assistência estudantil, moradia e, também, condições de per-

manência de alunos de baixa renda. Entre as reivindicações apresentadas estão ampliação de bolsas, reajustes nos valores pagos atualmente e mais investimentos em infraestrutura.

As reitorias das três universidades têm afirmado que mantêm diálogo com os representantes estudantis e acompanham as reivindicações apresentadas pelos alunos. A mobilização reúne estudantes de diferentes campi das três instituições estaduais de SP.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo informou que atuou para conter o tumulto e garantir a segurança no local da manifestação. Até o início da noite, não havia confirmação oficial sobre detenções relacionadas ao confronto.